

**APAGÃO NA JUSTIÇA**

Falta de oficiais atrasa processos no Judiciário paulista

Dos 8.801 cargos de oficial de Justiça no Judiciário paulista...



**O QUE FAZEM OS OFICIAIS DE JUSTIÇA**

Comunicam sobre a realização de atos processuais, como audiências e perícias

Cumprem mandados de prisão

Entregam citações para que as pessoas possam se defender em processos

**Quanto ganham**  
O salário inicial é de cerca de R\$ 3.500

**CONCURSOS**

Ano	1999	2009
Aprovados	1.200	500
Empossados	241	0



Já com relação ao pedido de citação por Oficial de Justiça deste Juízo, a ser realizada na Comarca do Presidente Prudente, fica informado, haja vista que esta Comarca possui somente doze(12) Oficiais de Justiça, que, há muito encontram sobrecarregados de serviços deste Juízo, já acumulados, inclusive, com os encaminhamentos dos mandados. Fica, porém, desde já, deferida a devolução das diligências recolhidas ao Oficial de Justiça, para conversão em recolhimento de taxa postal para citação pessoal dos requeridos, via correio. Após constatação ou decurso de prazo, manifeste-se o(a) requerente (a). Let. - ADV. PAULO HENRIQUE RAMOS

Vera de Graça está com apenas dois Oficiais de Justiça na ativa que absorvem um grande número de mandados redistribuídos em virtude da aposentadoria do Oficial de Justiça Luis Francisco Casale. 3- Tenho conhecimento que o sistema de trabalho em mãos dos mesmos, supera em muito a capacidade humana e não está medindo esforços para suprir a falta de outros servidores. A Oficial de Justiça durante uma quinquena do mês de janeiro, esteve em gozo de férias, não havendo a possibilidade de que os mandados em seu poder fossem redistribuídos, considerando o quadro diminuído de Oficiais de Justiça. 4- Vale ressaltar que dentro os mandados que são recebidos diariamente para o cumprimento, há ações

**Excesso de trabalho:** Em publicação no "Diário Oficial", juiz de Regente Feijó reclama que número insuficiente de oficiais de Justiça tem causado atrasos em cumprimento de mandados

**Acima da capacidade:** Juiz de Graça comenta em publicação no "Diário Oficial" que volume de serviço nas mãos dos oficiais de Justiça supera a capacidade humana

# Em SP, 'apagão' de oficiais de justiça atrasa decisões

Dos 8.801 postos no Estado, 3.357 estão vagos; desde 1999 ninguém é contratado

**Direção do Judiciário diz que 200 oficiais tomam posse neste mês e que não houve contratação em razão dos cortes**

FLÁVIO FERREIRA  
ROGÉRIO PAGNAN  
DE SÃO PAULO

Com um déficit de 40% no seu quadro de oficiais de Justiça, o Judiciário paulista enfrenta uma grave situação de atraso no cumprimento de decisões e atos judiciais.

Desde o concurso para o cargo realizado em 1999, nenhum novo oficial de Justiça foi contratado pelo TJ (Tribunal de Justiça) paulista. Com isso, 3.357 dos 8.801 postos da categoria estão vagos nas comarcas do Estado.

A partir daquele ano, o número de processos na primeira instância de São Paulo subiu de cerca de 10 milhões para mais de 18 milhões.

Em 2009, o TJ fez seleção para 500 vagas na função, mas ninguém foi contratado.

A direção do Judiciário paulista diz que o preenchimento de mil postos já é suficiente para suprir as necessidades nas varas e que ainda não houve novas contratações por conta de cortes orçamentários realizados pelo Executivo estadual.

Nos últimos meses, o "Diário Oficial" do Estado está repleto de despachos de juízes reclamando da situação.

Em 1º de março, por exemplo, há desabafo de juiz de Bananal: "Esta comarca conta com apenas dois oficiais de Justiça, os quais possuem, cada um, em média, 800 mandados para cumprimento de diligências em atraso".

O problema é mais grave no interior. A Justiça é dividida em comarcas, e estas muitas vezes abrangem vários municípios. A insuficiência de oficiais faz com que alguns deles trabalhem para mais de uma comarca.

O presidente da Apamagis

(Associação Paulista de Magistrados), Paulo Dimas, disse que a falta de servidores é dos principais problemas do Judiciário paulista.

Já o presidente da AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros), Henrique Nelson Calandra, diz que o problema com servidores não é exclusividade de São Paulo.

"São Paulo tem problemas. Fora daqui, já não são mais problemas. Nós vivemos dilemas ou trilemas. Coisas terríveis", afirmou ele.

Uma forma de reduzir os problemas seria a informatização. "Enfrentamos desafios do século 21 com ferramentas do século 20."

**OUTRO LADO <**

## Secretária diz ter dificuldades em caixa do governo

DE SÃO PAULO

O TJ (Tribunal de Justiça) de São Paulo afirma que a falta de contratações se deve a cortes orçamentários feitos pelo governo do Estado.

A secretária estadual da Justiça, Eloísa de Sousa Arruda, afirmou que o orçamento do Judiciário de 2011 — o pe-

dido foi de R\$ 12 bilhões e só foram aprovados R\$ 5 bilhões — foi o valor possível em meio às dificuldades de caixa do governo.

Segundo ela, deverão ser definidas em breve prioridades do TJ e haverá esforço para atender às demandas mais urgentes.

O juiz assessor da Presidência do TJ, Nuncio Theophilo Neto, afirma que "o tribunal reconhece déficit de mil oficiais. Esse número seria suficiente para dar conta do serviço".

**ANÁLISE**

## Máquina da Justiça precisa de mais recursos e de organização

JOSÉ REINALDO DE LIMA LOPES  
ESPECIAL PARA A FOLHA

A expansão da litigiosidade judicial no Brasil é um sintoma importante do avanço da democracia, embora crie demanda por mudanças no sistema de Justiça, que vão desde novas habilidades dos atores envolvidos —juiz, advogados e funcionários judiciais— a alterações legislativas e organizacionais.

Essas últimas têm sido mais lentas porque exigem ao menos duas espécies de medidas: recursos financeiros e modernização dos órgãos da própria Justiça.

Parte considerável da demora dos processos de menor complexidade dá-se por falta de racionalização dos serviços. O Código do Processo Civil existe para definir os passos para se chegar a uma solução conforme a lei e a Justiça, não para remover gargalos administrativos.

Juizes são treinados para decidir conflitos jurídicos, não para gerenciar organização de trabalho. A máquina da Justiça precisa de recursos e organização.

Como a Justiça comum é da responsabilidade dos Estados, são os tribunais dos Estados os gestores do problema. A mudança deveria começar pelas propostas de orçamento e terminar na execução.

No tempo da comunicação instantânea, seria ainda necessário usar apenas oficiais de justiça para realizar as comunicações do juízo? Talvez seja a hora de reinventar o sistema de apoio ao procedimento dos casos dando maior importância a esse ator oculto e fundamental da Justiça que são os servidores.

JOSÉ REINALDO DE LIMA LOPES, professor da Faculdade de Direito da USP e da Direito GV.

**Auxiliar de Promotoria**  
Nível fundamental - R\$ 2.168 mensais

**Oficial de Promotoria**  
Nível médio - R\$ 3.361 mensais

**Destinos para municípios de pequeno ou pequeno de médio porte do Estado de São Paulo.**

- Previdência de aposentadoria por tempo de serviço
- Atividade de caráter técnico, administrativo

**2011 em breve!**

**SEJA UM OFICIAL DE PROMOTORIA**

**Até 100% de aproveitamento para quem fez o curso de Especialização em Direito Processual em 2008**